

Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO №. 115/2017

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS №. 071 /2017

TIPO: MAIOR DESCONTO POR ITEM

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO, no uso de suas atribuições, torna pública, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, sito à Praça Benedito Valadares nº. 51 - Centro, mediante designação do pregoeiro e componentes da equipe de apoio e conforme portaria 008/2017 de 05 de janeiro de 2017, encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO, nos termos da Lei nº. 10.520 de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº. 2.447 de 22 de dezembro de 2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, encerrando-se o prazo para recebimento dos envelopes das PROPOSTAS DE PREÇO e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO no local, dia e hora abaixo mencionados.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças, filtros de óleo, filtros de ar e filtros de gasolina, álcool e diesel para veículos leves, utilitários e motos.

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES: 28/01/2017 às 09:00h

ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL: 28/12/2017 às 09:00h

LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:

Sede da Prefeitura Municipal, Salão Nobre, Praça Benedito Valadares, nº 51, centro − Bom Sucesso − MG.

1 - OBJETO

1.1 – Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças, filtros de óleo, filtros de ar e filtros de gasolina, álcool e diesel para veículos leves, utilitários e motos, conforme especificado no Anexo I, parte integrante deste edital.

2 – CONSULTAS AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

2.1 – A solicitação do Edital poderá ser feita pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, no horário de 12h00min as 18h00min, através do e-mail – <u>licitacao@bomsucesso.mg.gov.br</u> ou pelo telefone: (35) 3841-1207 - Ramal 33. www.bomsucesso.mg.gov.br

3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO





Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas do ramo pertinente ao objeto licitado (comprovado através do Contrato social), que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

- 3.2 Participarão da Sessão Oficial do Pregão Presencial os representantes efetivamente credenciados.
- 3.3 Não será admitida nesta licitação a participação de empresa:
- 3.3.1 Que esteja suspensa ou impedida de licitar ou contratar, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 3.3.2 Que esteja reunida em consórcio.
- 3.4 A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4 - CREDENCIAMENTO4

- 4.1 Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua representada e representando-a, devendo, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.
- 4.2 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, sempre acompanhado do contrato social ou outro instrumento constitutivo da eventual proponente, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do PREGÃO, apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B), formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, ficando facultada a adoção do modelo contido no ANEXO III.
- 4.2.1 Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, impõe-se a comprovação da capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário através da apresentação do contrato / estatuto social da empresa.
- 4.3 Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com documento de identificação com foto.

BOM SUCESSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO

Pça. Benedito Valadares, 5I – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

- 4.4 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4.5 A ausência do representante devidamente credenciado importará a imediata exclusão da licitante na etapa de lances verbais.
- 4.6 As pessoas interessadas, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- 4.7 Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.
- 4.8 As microempresas e empresas de pequeno porte, para que usufruam da preferência de Registro de preços nos termos do que dispõem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar junto à documentação do CREDENCIAMENTO, fora de qualquer envelope:
- a. Certidão emitida pela Junta Comercial atestando o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. A documentação deverá ser autenticada ou acompanhada da original para autenticação.
- b. Declaração, sob as penas da Lei, que a empresa cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3ª da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da LC nº 123, inexistindo impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei OBS: A certidão prevista na alínea "a" será considerada válida pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua emissão caso não conste prazo diferenciado na mesma.
- 4.9 Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados e entregues em separado, fora dos envelopes 01 e 02.

5 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, 02 (dois) envelopes devidamente fechados, contendo no envelope nº 01, sua proposta comercial conforme solicitado neste edital, e no envelope nº 02 a documentação comprobatória da habilitação, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social, CNPJ e endereço, os seguintes dizeres:

ENVELOPE № 01 – <u>"PROPOSTA"</u>	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO	
PREGÃO PRESENCIAL Nº/2017	
PROPONENTE:	



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

CNPJ:
ENVELOPE Nº 02 − <u>"DOCUMENTAÇÃO"</u>
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO
PREGÃO PRESENCIAL №/2017
PROPONENTE:
CNPJ:

6 - PROPOSTA COMERCIAL

- 6.1 A proposta deverá ser apresentada de modo a facilitar o julgamento por parte do pregoeiro (modelo constante no Anexo V Modelo de Proposta Comercial), devendo conter a especificação clara e detalhada do objeto a ser fornecido, não se admitindo propostas alternativas, atendendo aos seguintes requisitos:
- 6.1.1 Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) via em papel timbrado do licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada:
- 6.1.2 Conter a razão social do licitante, o endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, celular, fac-símile e e-mail, quando houver;
- 6.1.3 Informações que identifiquem a licitação;
- 6.1.4 Desconto ofertado para cada item do Anexo I Planilha de Especificações;
- 6.1.5 Percentual de desconto sobre os preços da Tabela de Preços Oficial de peças das respectivas montadoras, com duas casas decimais após a vírgula.
- 6.1.5.1 Junto à proposta, o licitante deverá apresentar as tabelas de preços oficiais, com preços sugeridos ao público e o catálogo de peças, ambos vigentes, devendo ser anexadas Notas Fiscais de aquisição do catálogo de peças e da tabela de preços, para fins de comprovação de originalidade e autenticidade dos mesmos;
- 6.1.5.2 Para os itens que não sejam emitidas notas fiscais, tabelas ou catálogos, estes deverão estar expressamente documentados pelo fabricante ou concessionário autorizado. Salientamos que não serão aceitas ainda quaisquer formatações do teor oficial e, sempre que possível, os preços deverão ser visualizados nos catálogos de peças eletrônicos.
- 6.1.6 Prazo de validade que deverá ser de no mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;





Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

6.2 – O licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito ao pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

- 6.3 Os descontos propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante.
- 6.4 Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura Municipal, tais como: impostos, encargos sociais e previdenciários e outros.
- 6.5 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- 6.6 É vedada a imposição de condições ou apresentação de opções.
- 6.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.
- 6.8 O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.9 Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.
- 6.10 Após a abertura do envelope de proposta, não será admitida a sua retirada.
- 6.11 Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.
- 6.12 A proposta ou propostas consideradas vencedoras em cada lote do certame, quando o desconto final ofertado for superior a 50% (cinquenta por cento) da tabela de cada marca/item referido na licitação, deverá comprovar a exequibilidade da sua proposta dentre os itens mais solicitados pelo Setor de Transportes, em número não inferior a 15 (quinze) e não superior a 30 (trinta) itens por lote, mediante apresentação de planilha de custos e respectivas notas fiscais de compra e venda, em prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sessão pública, de modo a facilitar a conferência e também garantir a fiel e perfeita execução no fornecimento do objeto licitado.
- 6.13 A não comprovação da exequibilidade da proposta vencedora, nos moldes do item anterior, indicará que o desconto ofertado levará a proposta na condição da sua inexequibilidade, e por consequência a sua desclassificação.

7 - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1 – Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas ou licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, dando-se início ao recebimento dos





Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

envelopes contendo a Proposta Comercial, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

- 7.2 Abertura do Envelope "01", oportunidade em que não mais se aceitará novos licitantes, e procederá a classificação das propostas comerciais
- 7.2.1 Abertos os envelopes de propostas comerciais, estas serão analisadas, verificando o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- 7.2.2 O pregoeiro classificará para a próxima etapa a proposta de MAIOR DESCONTO POR ITEM e todas aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de maior desconto, para que seus autores possam ofertar lances verbais.
- 7.2.3 No caso de empate onde dois ou mais licitantes tenham obtido pontuações iguais, todas poderão participar da fase de lances.
- 7.2.4 Havendo Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, será assegurada, como critério de desempate preferência na sua contratação.
- 7.2.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.2.6. Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.2.6.1 A Microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de desconto inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 7.2.7 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 7.2.6.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no item 7.2.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.2.8 No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 7.2.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.2.9 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 7.2.5, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.2.10 O disposto no item 7.2.9 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.2.11 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.





Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

7.2.12 – Se não houver no mínimo 03 propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os descontos oferecidos nas propostas apresentadas.

7.3 – Lances Verbais

- 7.3.1 Aos licitantes que tiverem suas propostas classificadas, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores percentuais distintos e crescentes, a começar pelo autor da proposta classificada de maior desconto, e assim sucessivamente até o autor da proposta de maior desconto.
- 7.3.2 Se, antes de iniciada a etapa de lances verbais, verifica-se que duas ou mais propostas ficaram empatadas em absoluta igualdade de condições, será realizado o sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 7.3.3 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último desconto apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.4 - Julgamento

- 7.4.1 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.4.2 Casos não se realizem lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de maior desconto e o valor estimado da contratação.
- 7.4.3 Em havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu desconto seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 7.4.4 Se a proposta não for aceitável o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual tenha apresentado proposta.
- 7.4.5 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar com o proponente para que seja obtido maior desconto.
- 7.4.6 Sendo aceitável a oferta de maior desconto será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 7.4.7 Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.



Pça. Benedito Valadares, 5I – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

7.4.8 – Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

8 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Será habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens abaixo:

8.1 - Habilitação jurídica

- 8.1.1 Cédula de identidade dos sócios;
- 8.1.2 registro comercial, no caso de empresa individual;
- 8.1.3 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.1.4 inscrição de ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- 8.1.5 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.1.6 A licitante que apresentar o documento solicitado na habilitação jurídica, no credenciamento fica dispensado de apresentá-lo dentro do envelope nº 02 DOCUMENTAÇÃO.

8.2 - Regularidade Fiscal

- 8.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), atualizada, expedida em pelo menos 90 dias da data de abertura do certame;
- 8.2.2 Prova de regularidade com o INSS (seguridade social), e tributos federais e dívida ativa da união (certidão conjunta);
- 8.2.3 Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.2.4 Prova de Regularidade junto à Fazenda Estadual da sede do licitante;
- 8.2.5 Prova de Regularidade junto à Fazenda Municipal da sede do licitante;
- 8.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

Nota: são válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

8.3.1 - Certidão Negativa de Falência e de Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do PREGÃO



Pça. Benedito Valadares, 5I – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

8.3.1.1 - Serão admitidas "Certidão Judicial Cível Negativa" de 1ª e 2ª instância expedidas diretamente no dite do TJMG http:// <u>WWW.tjmg.jus.br/portal/processos/certidao-negativa</u> para comprovação no que determina o item 8.3.1

8.4 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 8.4.1 Declaração do cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Modelo Anexo VI;
- 8.4.2 Declaração de idoneidade Modelo Anexo VII.

8.5 - DOS DOCUMENTOS

- 8.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
- 8.5.1 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.
- 8.6 Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.
- 8.7 A aceitação dos documentos obtidos via internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, se dúvida houver quanto à sua autenticidade, pela Equipe de Apoio.
- 8.8 Para efeito de validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua expedição.
- 8.9 Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião por força da lei ou a publicação em órgão da Imprensa Oficial na forma da Lei.
- 8.10 As autenticações poderão ser feitas pela Equipe de Apoio e Pregoeiro mediante apresentação dos originais.
- 8.11 Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório e não poderão, em tempo algum, ser devolvidos.



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

8.12 – A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste edital inabilitará o licitante, exceto os documentos emitidos via internet que forem apresentados com data vencida, mas que durante a sessão possam ter sua regularidade confirmada.

8.13 – Uma vez incluído no processo licitatório nenhum documento será devolvido.

09 - IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 9.1 Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer licitante <u>até 2 dias úteis</u> <u>antecedentes ao dia da abertura</u>, dirigidas ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, devendo ser protocolizadas no Setor de Licitações desta Administração, situado à Praça Benedito Valadares, nº 51, Centro, na Sede da Prefeitura.
- 9.1.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição impugnatória no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, antes da sessão de abertura dos envelopes.
- 9.1.3 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- 9.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contrarrazões pelo prazo comum de igual número de dias, que começará a correr do término do prazo do recorrente para juntada de suas razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos na sala da Comissão Permanente de Licitação.
- 9.3 O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.
- 9.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 9.5 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 9.6 Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:
- 9.6.1 Ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido neste Edital;
- 9.6.2 Ser apresentado em uma via original, datilografada ou processada por computador, contendo a razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;





Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

9.6.3 – Ser protocolizado no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, no horário de 12h00 as 18h00;

- 9.6.4— O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 9.6.5 O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos desta Administração e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

10 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 A adjudicação do objeto licitado será feita por item, observado o disposto no subitem 7.4.4.
- 10.2 Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.
- 10.3 Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente, ao mesmo tempo, adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1 Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores com preços registrados, a Administração Municipal convocará os interessados para, no prazo de cinco dias úteis contados da data do recebimento da convocação, assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 11.2 Poderá a proposta do licitante vencedor ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Administração Municipal conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 11.2.1 Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação dos licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.
- 11.3 Após a publicação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal, poderão ser emitidas "Nota de Autorização de Fornecimento" dentro do prazo de validade do Registro.
- 11.4 A Ata de Registro de Preços não obriga a Prefeitura Municipal a adquirir os produtos de preços nela registrados, nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.
- 11.4.1 O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.





Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

- 11.5 A Administração Municipal avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente os preços registrados.
- 11.6 Se o preço, inicialmente registrado, tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração negociará com o fornecedor sua redução.
- 11.7 Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Autorização de Fornecimento, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento, comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de Preçoss.
- 11.8 Ocorrendo o cancelamento previsto no item 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.
- 11.9 Cancelados os registros, nos termos previstos no item 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
- 11.10 Não havendo êxito nas negociações, a Administração procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.
- 11.11 Da Ata constarão, também, as obrigações da Administração Municipal e dos Fornecedores.

12 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da ata, vedada sua prorrogação.

13 - ENTREGA DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO

- 13.1 O objeto será entregue sempre que solicitado, através do formulário próprio do CONTRATANTE, nas especificações determinadas, 05 (cinco) dias úteis a contar da data da emissão da NAF (Nota de Autorização de Fornecimento).
- 13.2 A competência para conferir e autorizar o recebimento do objeto desta licitação será da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes.
- 13.3 Após a entrega do objeto licitado, deverá a empresa vencedora apresentar Nota Fiscal, sendo somente aceita após a verificação da entrega do objeto pelo responsável.

14 - PAGAMENTO

- 14.1 Poderá ser utilizada qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2017, destinadas ao pagamento do objeto licitado, específicas de cada secretaria requisitante.
- 14.2 A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2017 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.





Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

14.3 – O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado, por processo legal até o dia 20 do mês subsequente, após a apresentação dos documentos fiscais devidos.

- 14.3.1 Se o objeto não for entregue conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.
- 14.4 A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da CND do INSS e FGTS atualizados, caso contrário ocorrerá à paralisação do pagamento, sobre o qual não ensejará juros de mora ou correção monetária.
- 14.5 Em caso de irregularidades na nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.
- 14.6 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
- 14.7 A Prefeitura Municipal de Bom Sucesso reserva o direito de reter o pagamento de faturas para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:
- 15.1.1 Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto, caracterizando a inexecução parcial;
- 15.1.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV, art. 87, Lei 8.666/93, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos art's 89 a 99 da referida lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maios, desde que aceito pela Administração Municipal.
- 15.1.3 Advertência.
- 15.2 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal 10.520/02 e na Lei Federal 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 15.3 As multas lançadas pelo Município com base nos itens acima serão deduzidas diretamente dos créditos que a adjudicatária tiver em razão da presente licitação ou, caso não haja débito para abatimento, deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Bom Sucesso, via Secretaria de Fazenda, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação.





Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

15.4 – O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

15.5 — Ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o município pelo período de 05 anos se credenciado for, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas demais cominações legais.

15.6 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo garantido o contraditório e a ampla defesa.

16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 A Prefeitura Municipal de Bom Sucesso poderá cancelar de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa quando este:
- 16.1.1 Venha a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- 16.1.2 For envolvido em escândalo público e notório;
- 16.1.3 Quebrar o sigilo profissional;
- 16.1.4 Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Bom Sucesso;
- 16.1.5 Na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.
- 16.2 A Prefeitura Municipal de Bom Sucesso poderá, por despacho fundamentado do Pregoeiro e até a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a este assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade do licitante.
- 16.3 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito do pregoeiro, devidamente fundamentado.



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

16.3.1 – A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal 8.666/93.

- 16.4 As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.
- 16.5 A apresentação da proposta implica, por parte do licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 16.6 Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Bom Sucesso comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- 16.7 É facultada ao pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.
- 16.8 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- 16.8.1 Planilha de Especificações Anexo I;
- 16.8.2 Termo de referência Anexo II
- 16.8.3 Modelo Carta de Credenciamento Anexo III;
- 16.8.4 Modelo Declaração Cumpre os Requisitos de Habilitação Anexo IV;
- 16.8.5 Modelo de Carta Proposta Anexo V;
- 16.8.6 − Modelo de Declaração Menor Empregado (CF, 7º. XXXIII) − Anexo VI;
- 16.8.7 Modelo de Declaração de Idoneidade Anexo VII;
- 16.8.8 Minuta da Ata de Registro de Preços Anexo VIII.
- 16.9 As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de BOM SUCESSO MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 16.10 Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital deverá ser encaminhado por escrito ao Pregoeiro, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso ou através do e-mail: licitacao@bomsucesso.mg.gov.br.
- 16.11 A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.12 Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal 10.520/02.



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

Bom Sucesso, 14 de dezembro de 2017.

Cláudia Cristina Carvalho Lopes

Pregoeira

ANEXO I

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: <u>www.bomsucesso.mg.gov.br</u>

PROCESSO № 115/2017

PREGÃO PRESENCIAL № 71/2017

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças para veículos leves e utilitários .

ITEM	MARCA	DESCRIÇÃO
01	MERCEDES BENS UTILITÁRIO	CD ROM - CATÁLOGO DE APLICAÇÃO VIGENTE — ORIGINAL, COM APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DE AQUISIÇAO PARA COMPROVAÇÃO DA AUTENTICIDADE



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 115/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças, filtros de óleo, filtros de ar e filtros de gasolina, álcool e diesel para veículos leves, utilitários e motos, para atender à Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes, conforme especificados no Anexo I do instrumento convocatório.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Necessidade de atender à manutenção dos veículos leves pertencentes à frota do município de Bom Sucesso.

VIGÊNCIA

A vigência do registro inicia-se na data da assinatura da Ata de Registro de Preços e os preços registrados vigerão por 12 (doze) meses.

Bom Sucesso, ____ de _____ de 2017.

Cláudia Cristina Carvalho Lopes

Pregoeira

ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

(modelo)

PROCESSO №/2017
PREGÃO PRESENCIAL №/2017
Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a),
portador(a) da Cédula de Identidade nº e inscrito no CPF sob o nº, a participar
da licitação instaurada pelo Município de, na modalidade de Pregão Presencial autuado
sob o nº/2017, na qualidade de Representante Legal, outorgando-lhe plenos poderes para
pronunciar-se em nome da empresa, inscrita no CNPJ sob o nº
, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao
certame.
Local e data.
Assinatura
(identificação)
Observação:

Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: <u>www.bomsucesso.mg.gov.br</u>

ANEXO IV	
DECLARAÇÃO	
(modelo)	
PROCESSO №/2017 PREGÃO PRESENCIAL №/2017	
A empresa, inscrita no CNPJ so	
nº, sediada (endereço completo), por representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilita para participação no presente procedimento licitatório, e ainda, que não existem fatos impeditivos à	ação
contratação, ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências futuras.	
Assinatura	

(identificação)



PROCESSO Nº ____/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO

Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

PROPOSTA COMERCIAL

(modelo)

PREGAO PRESENCIAL №/2017						
Em atenção ao Pregão Presencial supra, apresentamos nossa proposta comercial:						
ITEM	М	ARCA		DESCRIÇÂ	ЙО	DESCONTO (%)
Razão S	ocial:					CNPJ:
Endereço:			nº:			
Bairro:						CEP:
Cidade:						
Cluade:						
Telefone	e:	Fax:		e-mail:		
Banco:		Nome e nº da	a agência	a:	Conta Bancária:	
Validade da Proposta: 60 dias						
				Local e data.		
				Assinatura		
				(identificação)		

ANEXO VI



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: <u>www.bomsucesso.mg.gov.br</u>

DECLARAÇÃO (modelo) PROCESSO Nº/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº/2017 A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), DECLARA, sob as penas da Lei que, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. Local e data.
PROCESSO №/2017 PREGÃO PRESENCIAL №/2017 A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), DECLARA, sob as penas da Lei que, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), DECLARA, sob as penas da Lei que, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), DECLARA, sob as penas da Lei que, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a), DECLARA, sob as penas da Lei que, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
representante legal, o(a) Sr(a), DECLARA, sob as penas da Lei que, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
representante legal, o(a) Sr(a), DECLARA, sob as penas da Lei que, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
representante legal, o(a) Sr(a), DECLARA, sob as penas da Lei que, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição da República, e inciso V do Art. 27 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
8.666/93 e alterações, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de Outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
de 14 (quatorze) anos.
Local e data.
Local e data.
Local e data.
Assinatura
(identificação)



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: <u>www.bomsucesso.mg.gov.br</u>

ANEXO VII
DECLARAÇÃO
(MODELO)
Processo nº/2017
Pregão Presencial nº/2017
(Razão Social da Licitante), através de seu Direto
ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou
contratar com a Administração Pública e que se submete às condições do Edital em todas as fases da
licitação.
Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

ANEXO VIII

Local e data.



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: _____/2017

PROCESSO №/2017
PREGÃO PRESENCIAL №/2017
VALIDADE: 12 MESES CONTADOS DA ASSINATURA.
Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado o Município de Bom Sucesso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.244.368/0001-60, com sede na Praça Benedito Valadares, nº 51, Centro, CEP: 37.220-000, Bom Sucesso/MG, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, brasileiro, portador do CPF nº, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede, neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, em conformidade com o estabelecido no artigo 15, II, da Lei Federal 8.666/93, com suas alterações posteriores, tem entre si justo e contratado o que se segue:
CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO
1.1 – Constitui objeto da presente ata, conforme discriminado no anexo I do edital do Pregão Presencial nº/2017, nos termos das solicitações da
1.2 – Este instrumento não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nele registrados, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência
CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO

2.1 — O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor constante da proposta comercial, sendo especificados abaixo, os itens e valores registrados:



Pça. Benedito Valadares, 5I – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

CLÁUSULA 3ª - FORMA DE ENTREGA

3.1 – O objeto será entregue sempre que solicitado, através do formulário próprio do CONTRATANTE, nas especificações determinadas, 05 (cinco) dias úteis a contar da data da emissão da NAF (Nota de Autorização de Fornecimento).

CLÁUSULA 4ª – DOS PAGAMENTOS

- 4.1 A Administração Municipal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Fornecimento.
- 4.2 No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.
- 4.3 Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.
- 4.4 O pagamento será efetivado até o dia 20 do mês subsequente, após a emissão da Nota Fiscal visada pelo secretário requisitante.
- 4.5 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, a Administração Municipal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.
- 4.6 A Administração Municipal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.
- 4.7 Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

CLÁUSULA 5ª - DA VIGÊNCIA

- 5.1 O presente registro vigorará por um período de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, vedada sua prorrogação.
- 5.2 O presente registro poderá ser cancelado pelo CONTRATANTE após aviso prévio à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 6ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Poderá ser utilizada qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2017, destinadas ao pagamento do objeto licitado, específicas de cada secretaria requisitante.



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

6.2 – A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2017 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

CLÁUSULA 7ª - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 7.1 Entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.
- 7.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;
- 7.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias e sem ônus para a Administração Municipal o objeto devolvido em razão de divergências entre o entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.
- 7.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Administração Municipal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- 7.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 7.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas quantidades do objeto estimado no Anexo I do Edital do Pregão Presencial, não sendo necessária a comunicação prévia da Administração Municipal;
- 7.7 Comunicar imediatamente a Administração Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para o recebimento de correspondências.
- 7.8 Indenizar terceiros e/ou a Administração Municipal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 7.9 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.
- 7.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do objeto, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

CLÁUSULA 8ª - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Pça. Benedito Valadares, 5I – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

- 8.1 Prestar ao fornecedor todos os esclarecimentos necessários à entrega do objeto;
- 8.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- 8.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata;
- 8.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA 9ª - DAS PENALIDADES

- 9.1 O atraso injustificado na execução do contrato ou sua inexecução total ou parcial sujeita o contratado às seguintes sanções:
- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,2%;
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.
- c)advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes a entrega dos bens, a critério da administração da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso (MG).
- 9.2 Pela rescisão do contrato, a Prefeitura Municipal de Bom Sucesso (MG) poderá garantida a prévia defesa da licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:
- a) multa compensatória no percentual de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor estimado do contrato;
- b) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Bom Sucesso (MG) pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- § Único O valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da respectiva notificação.

CLÁUSULA 10 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 — Operar-se-á de pleno direito o cancelamento do registro de preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas, quando ocorrerem as hipóteses enumeradas nos incisos I a XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.



Pça. Benedito Valadares, 5l – 37220-000 – Bom Sucesso – MG Pabx: (35) 3841-1207 – Tele fax: (35) 3841-1333

Site: www.bomsucesso.mg.gov.br

CLÁUSULA 11 – DAS ALTERAÇÕES

11.1 – Este registro de preços poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/93, sempre através de termo aditivo.

CLÁUSULA 12 – DA DOCUMENTAÇÃO

12.1 – A detentora do registro se obriga a manter durante a vigência do registro, em observância às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA 13 – DO FORO

13.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Bom Sucesso – MG, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente documento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

(nome)

Prefeito Municipal

Pelo Fornecedor: